

HABEAS CORPUS Nº 493.429 - MG (2019/0042668-7)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : MAGALI BARBOSA DE ABREU
ADVOGADO : MAGALI BARBOSA DE ABREU - MG137816
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : GABRIELA OLIVEIRA DE ALMEIDA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de GABRIELA OLIVEIRA DE ALMEIDA, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - HC n. 1.0000.18.120479-3/000.

Consta dos autos que a paciente foi presa por ter, em tese, cometido os delitos descritos nos arts. 129, *caput*, 158, § 1º e 288, parágrafo único, na forma do artigo 69, todos do Código Penal.

Nesta via, a impetrante alega que a paciente possui dois filhos de 4 e 6 anos de idade, que necessitam dos seus cuidados, solicitando, assim, a prisão domiciliar.

Sustenta que a paciente preenche os requisitos previstos no art. 318, inciso V, do Código de Processo Penal, suficientes para a substituição da prisão preventiva por custódia domiciliar.

Requer, desse modo, a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja deferida a prisão domiciliar à paciente, com a expedição de alvará de soltura, ou, alternativamente aplicadas medidas cautelares diversas da segregação.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame** (HC 342.821/RO, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2016; RHC 52.841/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 17/03/2016; HC 336.606/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2016, HC 340.235/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2016).

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou (e-STJ fl. 111):

[...]

A argumentação trazida nas aludidas decisões e os demais elementos encartados nos autos são todos endereçados à conclusão que a suposta prática do crime, tal como se deu, em seu modus operandi, revela extrema gravidade concreta, extraindo-se destacada ousadia, violência e periculosidade na conduta atribuída à paciente. Ao que se noticia, Gabriela teria agredido fisicamente a vítima (com

socos, chutes e pontapés) quando ela havia saído de casa para levar o filho à escola e, posteriormente, desferido contra ela golpes com barra de ferro, com o objetivo de obter indevida vantagem econômica, tendo as agressões durado aproximadamente três horas. Ainda, ao que consta, Gabriela teria se associado aos outros quatro codenunciados para a prática delitiva, bem como, em tese, envolvido dois menores de idade não identificados nos autos em sua ação ilícita- pessoas que se encontram em formação de caráter e que reclamam especial cuidado aos exemplos que lhes são dirigidos.

Com efeito, essas são circunstâncias que potencializam a análise de cuidado e proteção ao corpo social a ser feita no juízo de risco próprio desta fase processual (juízo de periculosidade e não juízo de certeza), o que me leva a acreditar que não se pode, in casu, falar em ilegalidade das decisões de base, constituindo-se a manutenção da segregação do paciente em medida necessária para o efetivo resguardo da ordem pública.

Acrescentou que *"há Informação de que a paciente teria iniciado as agressões contra a vítima na frente do filho menor da ofendida, além de ter, durante as agressões, envolvido dois menores de idade não identificados nos autos em sua ação ilícita, o que demonstraria suposta indiferença de Gabriela aos direitos e garantias resguardados pela Lei 8.069/90" (e-STJ fl. 115).*

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão a sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Diante do exposto, **indefere-se a liminar.**

Necessário sejam solicitadas informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular, que deverá trazer aos autos notícias atualizadas acerca do andamento da ação penal deflagrada contra GABRIELA OLIVEIRA DE ALMEIDA, encaminhando a esta Corte Superior cópias de eventual sentença proferida, noticiando ainda acerca da respectiva situação prisional, bem como enviando senha para acesso ao processo em 1º grau.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator

